

EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES (IN)PERTINENTES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAMPESINATO

FLÁVIO PEREIRA DE OLIVEIRA¹; MÁRCIA ALVES DA SILVA²

¹Universidade Federal de Pelotas – UFPel – e-mail: profflavio007@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – UFPel – e-mail: profa.marciaalves@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema gerador desse trabalho de pesquisa tem como centralidade a reflexão crítica sobre a questão gênese ou de origem da Educação do e no Campo, ou seja, a luta pela terra, pela reforma agrária e de como - em diferentes contextos sócio-históricos - a questão agrária foi sendo pensada e configurada no Brasil. Sua reconfiguração tem sido movimentada em razão das forças (conservadoras e neoliberais) políticas, econômicas e ideológicas da elite agrária, que se manifestam em atendimento aos interesses da racionalidade imperialista, expatriada e sem fronteiras à moda do sistema de produção capitalista. Nesse contexto, destaca-se o papel do Estado - na concepção gramsciana do termo - que tem sido disputado e reestruturado pelas forças políticas e ideológicas que se fazem contra hegemônica enquanto estrutura de poder.

A pesquisa, objeto de estudos do Doutorado em Educação junto à linha de pesquisa “Cultura escrita, linguagens e aprendizagem”, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel – encontra-se em andamento, tendo como recorte empírico, geográfico e político o cenário/conjuntura dos assentamentos de reforma agrária do município de Buriticupu, no estado do Maranhão/Amazônia/Brasil. Esse território não está ou se encontra desconexo dos efeitos/impactos das políticas econômicas e governamentais da agenda neoliberal, colocada pelas imposições imperialista, em curso na atual e agudizante crise estrutural e de superprodução do capitalismo.

Nessa pesquisa, recorreremos, entre tantas outras, às contribuições de João Pedro Stédile para recortar e posicionar a compreensão conceitual-crítico-analítica do paradigma da questão agrária. Segundo esse autor, esse é um termo em constante redefinição em função ou razão do metabolismo sistêmico e estrutural que dinamizam a luta pela terra, o uso e sua função social. Em suas palavras, a questão agrária pode ser assim compreendida “... como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2005, p. 15 – 16).

O interesse por esse objeto de estudo/pesquisa justifica-se pessoal, político-social e academicamente pela minha origem em ser do Campo e camponês por opção política. Constitui-se, pois, como um projeto que se movimenta na produção e reprodução da nossa existência material, simbólica, singular e plural. Que os conhecimentos e saberes construídos a partir daí, nos ajudam a pensar - desde esse lugar - que o Campo, enquanto um território, porque constituído de relações sociais (FERNANDES, 2008), portanto, o Campo do campesinato não figura como aquele alimentado pelo imaginário social, levado a cabo por um modelo de educação de feição ruralizada, ajustada em favor dos interesses do patronato rural brasileiro, de onde se justificaria o fim ou extermínio do campesinato em favor do *agro é tec*, do *agro é pop*, do *agro é tudo*, e nos credenciam a fazer sua contestação.

As “lentes” ou vieses interpretativos que fazemos frente para tentar problematizar, compreender e explicar - de maneira causal - a natureza e as finalidades do objeto em estudo, dão conta de afirmar que esse transita ou entrecruza da Educação Popular às Epistemologias das Ciências Sociais e Humanas, vez que se pretende inventariar a realidade e correlacionar o ajustamento ou as finalidades da educação e o papel da escola aos projetos de desenvolvimento que se pretende dominante.

A partir disso, a pesquisa problematiza o Campo e suas questões, tendo como referências as finalidades (epistêmicas, políticas, filosóficas e ideológicas) da educação, o papel e a função social da escola frente aos dois projetos de sociedade que movimentam e disputam esse lugar, ou seja, o Campo do Agronegócio e o da Agricultura Familiar Camponesa, posto que a educação não se processo desacompanhada de uma intenção político-filosófica (LUCKESI, 1994).

Ao contrário, ela expressa, se movimenta e atende por princípios determinados para atender fins, também, determinados ou específicos. Logo, concordando com Arroyo, Caldart, Molina (2011, p. 9) “a educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica”, não havendo, pois, desinteresse político na abordagem pedagógica dos processos de escolarização de ensino e aprendizagem, como requerida pelas pedagogias da vertente tradicional.

À luz disso, no contexto da Educação do e no Campo, compreender que essa emergem das práticas de vida de diferentes povos e sujeitos desse lugar, onde a escola e o saber, histórico e intencionalmente, lhes foram negados pela lógica que alimenta - aos dias atuais – do colonialismo metamorfoseado na racionalidade dominante. Essa lógica imperante, compreende o Campo noutras bases, ou seja, como lugar de fabricação de mercadoria para a produção de *mais valor*, em que a educação se encontra apropriada pelos *homens de negócio* e regulada pelos determinismos econômicos (FRIGOTTO, 2003). É contra essa lógica que a Educação do e no Campo se faz – no conteúdo e na forma – contra hegemônica.

É sobre o conteúdo e a forma que o termo “no” e “do” se justifica nessa especificidade educacional, querendo dizer respeito que essa educação tem como embrião nascedouro as práticas de vida (saberes e experiências que devem si constituir como princípio e conteúdo de escolarização) dos (as) camponeses (as) e deve – no campo do direito formal – ser garantida e ofertada no lugar onde os sujeitos existem. Assim sendo, se reverte de significação prática na reprodução do Campo à dimensão da práxis campesina, e não a sua negação em detrimento dos processos de urbanização do Campo, muito afeita à Base Nacional Comum Curricular – BNCC – posto que para seus idealizadores esse lugar se constitui como uma realidade transitória com pouca ou quase nenhuma importância social, o que justifica, inclusive, pela retórica dominante, o fechamento de escolas no Campo.

À luz dessa reflexão, a presente pesquisa se processa com o objetivo geral de “Compreender em que medida a Educação do e no Campo pode se constituir como uma frente política de contra hegemonia perante à barbárie do capital”. Para tanto, como pano de fundo ancora-se em seis passos (objetivos específicos), sendo eles: 1. Caracterizar, social e politicamente, os assentamentos de reforma agrária” no município de Buriticupu- MA, evidenciando as reais condições de vida e de como as famílias produzem suas existências; 2. Identificar de que maneira e em que proporção o Campo tem sido esvaziado em função do modelo de – desenvolvimento - e modernização conservadora da agricultura, com a chegada do cultivo de soja, baseada no modelo do agronegócio e do latifúndio no município; 3. Problematizar, junto ao imaginário social da comunidade, se e em que medida o modelo de - desenvolvimento - da agricultura patronal figura como expressão e sinônimo de desenvolvimento social; 4.

Questionar como a agricultura familiar camponesa tem se organizado e atuado politicamente para disputar o Campo nessa relação de territorialização versus desterritorialização dos projetos de campo; 5. Analisar e problematizar o papel e a função social da educação e da escola como espaço político de disputa e de construção/reprodução do conhecimento que se movimenta em razão de dos projetos que se pretendem na disputa do Campo e 6. Perceber como a escola local se posiciona frente à base material na qual está assentada e em que medida a comunidade tem incidência sobre sua atuação.

Espera-se que a problematização das nuances, que dão corpo e forma ao objeto dessa pesquisa, encaminhe leituras que dê conta de evidenciar a relação estabelecida ente educação, escola e a base material da qual é constituída e constituinte e se a sua atuação/materialização aponta/caminha para qual projeto de Campo.

2. METODOLOGIA

A metodologia – como jeito de fazer – adotada nesse trabalho, bem como os procedimentos metodológicos, estão sendo construídos tendo como base as nuances das particularidades que constituem o objeto de estudo em referência. Desde uma leitura crítica, materialista, histórica e dialética em diálogo com as que emergem das interseccionalidades de raça, gênero e classes, centralizamos nosso posicionamento/vigilância político-epistêmica, teórico-metodológico de onde partiremos para tentar construir releituras de análises e explicação do fenômeno em estudo, cuidando para não cair em romantismo ou falseamento da realidade.

Para o levantamento e coleta dos dados, procederemos com a pesquisa participante junto aos sujeitos políticos e institucionais, realizando rodas de conversas ou “gira de saberes”, bem como faremos frente às entrevistas e aplicação de questionários. A partir disso, os dados serão sistematizados, problematizados e discutidos, à luz das teorias críticas que acumulam reflexões a cerca desse objeto de estudo, com intensões de lançar leituras outras sobre o *modus operandi* de como se movimenta o Campo na reconfiguração da questão agrária e, no interior disso, de como a vida é pensada e reproduzida a partir dos embates dos dois projetos que disputam o Campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atual fase de desenvolvimento da pesquisa, as reflexões teórico-conceituais que dão base às discussões filosófico-epistêmicas, foram construídas a partir dos conhecimentos elaborados no âmbito das disciplinas e dos seminários, durante o curso. Esses conhecimentos foram sistematizados e organizados em capítulos, seções e subseções que serão incorporados no escopo do projeto da tese. Apresentamos leituras críticas sobre o fenômeno da questão agrária e da luta pela terra, a partir das forças que a dinamizam e a relação correspondente com os projetos de - desenvolvimento - na realidade brasileira, centralizando a educação entre a emancipação e a subordinação.

Os apontamentos críticos sintetizam um cenário conjuntural que evidencia a hegemonia do modelo de - desenvolvimento - da agricultura de mercado tendo o agronegócio, como sinônimo de progresso e modernização conservadora da agricultura para a produção de commodities, a custo da expropriação dos territórios camponeses. Ao lado disso, tem-se a negação e a mercantilização da vida e da educação como estratégia para os processos de “higienização” e “limpeza”

demográfica do Campo para a territorialização da agricultura capitalista. Porém, acreditamos que essa realidade não acontece sem que as forças contrárias se levantem, como em gesto de resistência, em defesa da contra lógica de pensar o Campo, a vida e sua reprodução. Quanto a isso, os dados - que ainda serão construídos - devem ou não revelar se, e em que medida, o campesinato tem figurado como referência de desenvolvimento social e econômico a partir da agricultura familiar camponesa e se a educação e a escola têm sido movimentada nessa direção.

4. CONCLUSÕES

No estágio em que se encontra o desenvolvimento da pesquisa, é possível afirmar que as forças da racionalidade política e ideológica que disputam o Campo e o colocam em movimento, têm se territorializado de maneira expressiva e extremada, dado ao modelo e à lógica que alimenta a concepção de progresso e desenvolvimento do atual sistema mundo que, ainda, rege as existências. Esse movimento tem fabricado importantes impactos - de natureza diversa - que são sentidos por inúmeros e diferentes povos e comunidades tradicionais, mas não de maneira passiva, querendo dizer das resistências camponesas em defesa dos seus territórios de vida.

A expropriação dos territórios de vida desses povos e comunidades, que segue outra cronologia e maneira de estar sendo no mundo; bem como a sua soberania revela a complexidade da violência contida nesse modelo de sociedade e que é tributada ao campesinato, em que pese o seu escamoteamento midiático. Um exemplo disso, pode ser visualizado no êxodo rural – forçado – e, por extensão disso, no fechamento de escolas no Campo, implicando na negação do saber e do conhecimento historicamente construído pela humanidade. Esses impactos/efeitos, de maneira específica, também o são sentidos pelo conjunto da população camponesa do locus geopolítico dessa pesquisa, e que serão evidenciados - qualitativa e quantitativamente – visando revelar as atuais tensões e contradições do projeto do capital e de como isso implica na desterritorialização do campesinato.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FERNANDES, B. M.; SANTOS, C. A. dos. **Educação do campo**: campo, políticas públicas e educação. Brasília: Incria; MDA, 2008.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional. 1500 – 1960**. / João Pedro Stédile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa), 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.